

Eletropaulo

Enel Green Power Volta Grande S.A.

CNPJ: 25.176.391/0001-20

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	11
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	13
Demonstrações do resultado.....	15
Demonstrações do resultado abrangente.....	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	17
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	19

Relatório da Administração - 2024

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Relações com Investidores

<https://ri.enel.com/publicacoes/central-de-resultados#publicacoes> | brasil.investorrelations@enel.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Green Power Volta Grande S.A. (ou "Volta Grande") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1 PERFIL*

A Enel Green Power Volta Grande é uma geradora hidrelétrica situada entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, na região Sudeste do país. Desde 11 de novembro de 2017 é gerida pelo grupo Enel, cujo direito de operação por 30 anos foi adquirido em leilão realizado no mesmo ano, por um valor total de R\$ 1.420 milhões. Com uma capacidade total instalada de 380 MW, subdivididos em 4 unidades geradoras de 95MW cada, possui 219 MWh de energia assegurada. Em 2023, Volta Grande teve uma geração líquida de 1.750 GWh (1.704 GWh em 2023). A usina conta, ainda, com 13,8 km de linhas áreas de transmissão, sendo 6,8km de linhas de alta tensão e 7km de linhas de média tensão. O grupo Enel, por meio da Enel Brasil S.A., detém 100% do seu capital.

2 CONTEXTO SETORIAL

Histórico da falta de liquidez do mercado no curto prazo

A partir de 2015, o mercado brasileiro de curto prazo enfrentou um cenário de judicialização que resultou no travamento das liquidações financeiras no âmbito da CCEE. Ao longo daquele ano, diversas liminares na justiça foram concedidas aos geradores hidráulicos por assumirem riscos não hidrológicos. Isso porque o despacho térmico realizado fora da ordem do mérito de custo, a importação de energia sem garantia física e o impacto das usinas estruturantes (usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio) deslocaram sua geração e as expuseram ao mercado no curto prazo, devido a fatores não gerenciáveis não relacionados ao risco hidrológico. Dessa forma, as liminares isentavam os geradores hidráulicos de pagar suas dívidas no mercado de curto prazo, valor que atingiu cerca de R\$ 10 bilhões.

Após a publicação da Lei nº 14.052, em 8 de setembro de 2020, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico, em 1º de dezembro/2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 895/2020 (REN 895/2020) para regulamentar a compensação de riscos não hidrológicos assumida por hidrelétricas entre 2013 e 2020. Após apuração dos ativos regulatórios pela CCEE e ANEEL ao longo do primeiro semestre de 2021, grande parte dos agentes firmaram o acordo de repactuação mediante desistência das discussões no âmbito judicial. Esse acordo resolveu o impasse dos geradores hidráulicos na Justiça e restaurou a liquidez no mercado brasileiro no curto prazo.

No caso de Volta Grande, a liquidez no Mercado de Curto Prazo tem impacto menor dado que 70% da sua Garantia Física está contratado no regime de Cotas, sem exposição no mercado de curto prazo.

Em junho/2022, Volta Grande assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 004/2017, postergando o final da concessão para 11/05/2048.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

REN 899/2020 – Alocação de energia no MRE

Em 4 de dezembro de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 899 que altera a Resolução Normativa nº 584 com as definições de alocação de energia do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) para os próximos anos.

A REN estabelece que até dezembro de 2026, continuarão existindo dois tipos de alocação: uma para lastro e outra para o MRE. Até esse ano, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia no MRE passarão a ter uma limitação entre 80% e 120% da geração média dos últimos cinco anos para cada usina. A partir de janeiro de 2027, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia do MRE devem atender ao perfil de geração média do MRE dos cinco anos anteriores ao de vigência da sazonalização da garantia física.

No mesmo dia, a ANEEL também publicou a Resolução Normativa nº 898, que estabelece o tratamento regulatório para as exposições financeiras de energia secundária no MRE.

Revisão de Garantia Física

Em 2022 houve um processo de Revisão Ordinária de Garantia física com vigência a partir de Jan/23, onde Volta Grande sofreu uma redução de 5%. Com isso, sua Garantia Física foi definida em 219,1 MW de 2023 até 2027.

3 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Operacionais

	2024	2023	Variação	Var. %
Capacidade instalada (MW)	380	380	-	-
Energia assegurada (Garantia Física) (MWmedia)	219	219	-	-
Geração de energia elétrica - Total (GWh/ano)	1.750	1.704	46	2,7%
Venda de energia elétrica - Total (GWh/ano)	1.931	1.823	107	5,9%
Investimento Total (R\$ Mil)	11.915	28.266	(16.351)	-57,8%

Indicadores Patrimoniais

	2024	2023	Variação	Var. %
Ativo total (R\$ Mil)	1.713.131	1.715.846	(2.715)	-0,2%
Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	927.728	855.458	72.270	8,4%
Valor patrimonial por ação (R\$)	1,64	1,51	0,13	8,4%

4 DESEMPENHO OPERACIONAL

O índice de disponibilidade acumulado em 2024 foi de 89% (78% em 2023), devido a paradas de manutenção (incluindo programadas). A geração, em 2024, foi de 1,750GWh, representando um aumento de 3% em comparação a 2023 (1.704GWh).

Do total de sua energia assegurada, 70% são comercializadas através do regime de cotas com uma receita mensal fixa. Os outros 30% da geração são comercializados no mercado livre.

5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Valores em R\$ Mil

	2024	2023	Variação	Var. %
Receita Operacional Bruta	444.767	411.069	33.698	8,2%
Deduções da Receita Bruta	(59.458)	(53.586)	(5.872)	11,0%
Receita Operacional Líquida	385.309	357.483	27.826	7,8%
Custo do Serviço e despesas operacionais	(95.315)	(80.551)	(14.764)	18,3%
EBITDA (1)	294.218	278.978	15.240	5,5%
Margem EBITDA	76,36%	78,04%	-1,68%	-0,02 p.p
EBIT (2)	289.994	276.932	13.062	4,7%
Margem EBIT	75,26%	77,47%	-2,20%	-0,03 p.p
Resultado Financeiro	(50.860)	(51.895)	1.035	-2,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(67.921)	(64.323)	(3.598)	5,6%
Lucro Líquido	171.213	160.714	10.499	6,5%
Margem Líquida	44,44%	44,96%	-0,52%	-0,01 p.p
Lucro Líquido por ação (R\$)	0,30	0,28	0,02	6,5%

(1) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização

(2) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro

A receita operacional líquida em 2024 foi 7,8% superior (R\$ 27,8 milhões) em relação ao ano de 2023, decorrente principalmente do aumento da: (i) Receita com venda de energia gerada envolvendo partes relacionadas no valor de R\$ 15,8 milhões e (ii) receita anual de geração – RAG (incluindo partes relacionadas) no valor de R\$ 11,8 milhões.

Os custos do serviço e as despesas operacionais apresentaram um aumento de R\$ 14,8 milhões em relação a 2023, explicado principalmente pelo: (i) aumento de R\$ 15,8 milhões na rubrica de energia elétrica comprada para revenda devido ao aumento do custo de energia no período analisado; (ii) aumento de R\$ 2,2 milhões em depreciação e amortização; (iii) aumento de R\$ 1,9 milhão na rubrica de Transporte de potência de energia e (iv) aumento de R\$ 1,2 milhão na linha referente à Materiais. Tais efeitos foram parcialmente compensados por uma redução de R\$ 3,1 milhões em serviços de terceiros.

Estas variações resultaram em um aumento de R\$ 15,2 milhões do EBITDA, que alcançou o montante de R\$ 294,2 milhões em 2024, frente a R\$ 279,0 milhões em 2023.

O resultado financeiro apresentou uma despesa líquida de R\$ 50,9 milhões, uma redução de R\$ 1,0 milhão em relação ao exercício anterior. Esta variação é em função, principalmente, da redução de R\$ 4,2 milhões em encargos de dívidas e variação monetária – debêntures em razão de um menor volume de dívida em relação ao mesmo período do ano anterior. Este efeito foi parcialmente compensado por uma redução de R\$ 2,9 milhões nas receitas de aplicação financeira devido a um menor volume de caixa aplicado ao longo do ano e um menor CDI (10,9% Dez 24 x 13,2% Dez 23) em relação ao período comparado.

Em decorrência dos efeitos acima, o lucro líquido encerrou o exercício em R\$ 171,2 milhões, um aumento de R\$ 10,5 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 160,7 milhões).

6 INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2024 somaram R\$ 11,9 milhões, representando uma redução de R\$ 16,4 milhões em comparação com o volume investido em 2023.

A redução deve-se principalmente a base de comparação mais elevada em 2023 devido aos investimentos realizados em tal ano, relativos à reforma e modernização das turbinas, com o término das atividades na unidade geradora UG03 e início da unidade geradora UG04, que teve como finalidade a melhora do rendimento da planta e mitigação dos riscos (redução da garantia física, melhora do fator de indisponibilidade e redução das penalidades).

7 ENDIVIDAMENTO

A aquisição da concessão foi financiada com 60% de dívida com terceiros e 40% com capital próprio. Inicialmente, foi considerado um crédito ponte por um período de dois anos (2018-2019).

Em novembro de 2019, a Companhia estruturou um financiamento de longo prazo, por meio da sua 1ª emissão de debêntures. Foram captados R\$ 800 milhões, em 2 séries, com prazo de 10 anos e um custo de IPCA + 3,70% a.a.. Este financiamento está condicionado a manutenção do nível de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida Financeira / EBITDA, inferior a 4.0x.

Em 2024, o nível de alavancagem registrado foi de 1,76x (2,08x em 2023).

8 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL*

O modelo organizacional e de governança corporativa da Enel garante que as questões de sustentabilidade sejam adequadamente consideradas em todos os processos relevantes de tomadas de decisões corporativas, tendo como elemento-chave a adoção de indicadores ESG (*Environmental, Social and Governance*) em toda a cadeia de valor, não só para reportar os resultados alcançados, mas sobretudo para antecipar decisões e orientar as nossas ações.

Nossa estratégia de sustentabilidade considera as principais tendências do setor elétrico, entre os quais destacamos um dos grandes desafios da atualidade, a transição energética justa e acessível, alicerçada nas fontes renováveis de geração. Além de perspectivas globais como a Agenda 2030 da ONU consolidada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o mundo, entre os quais estamos especialmente comprometidos com 4 dos 17 ODS: Energia Acessível e Limpa (ODS 7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

A integração dos fatores ambientais, sociais e de governança é garantida por processos estruturados em todo o Grupo e por meio do nosso Plano de Sustentabilidade cuja elaboração anual inclui: análise do contexto ESG, identificação de prioridades para nossa empresa e nossos stakeholders, planejamento e implementação de ações e projetos de apoio aos objetivos de sustentabilidade. Todas as etapas do processo contam com o respeito aos direitos humanos como elemento fundamental para a busca do sucesso sustentável.

Projetos socioambientais

O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado. Por meio dos projetos de Sustentabilidade junto às comunidades com as quais a Enel Green Power Volta Grande se relaciona no território, em 2024, a empresa beneficiou 521 pessoas por meio de 2 programas. Entre os projetos realizados no ano, destacam-se:

Programa de Educação Ambiental: para conscientização e preservação do entorno do reservatório da usina Volta Grande. Uma série de palestras e oficinas voltadas para o público escolar da região, foram conduzidas pela empresa através do Programa que engloba diversas ações voltadas para a conscientização dos cuidados ambientais pelos alunos e professores das escolas da rede pública da região que também receberam oficinas de hortas verticais, oficinas de culinária sustentável e oficina de conscientização para uso da água. As ações

nas escolas visam também a ampliação da visão de atuação da empresa no território, o apoio à educação ambiental com os temas sobre os ODS's (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) e a parceria com a secretaria de educação dos municípios atendidos que é fortalecida pelas palestras e oficinas oferecidas pelo Programa.

Diálogos: Além do Programa de Educação Ambiental, a empresa também promoveu uma ampla comunicação territorial com divulgação de informações relevantes sobre geração de energia hidrelétrica e conscientização ambiental para 8 municípios do entorno do reservatório, consolidando seu compromisso de escuta e diálogo com os stakeholders locais, mantendo também o canal 0800 ativo, sempre de forma gratuita, para receber qualquer demanda proveniente dos Stakeholders locais.

Somados aos projetos específicos da Enel Green Power Volta Grande, a empresa também integra importantes iniciativas de sustentabilidade da holding, com destaque para:

Parceiro Responsável: Programa de desenvolvimento e engajamento da cadeia de suprimentos da Enel em nossos objetivos e compromissos de sustentabilidade, em especial com a Agenda 2030 da ONU. Em 2024, tivemos a participação de 394 pessoas de 249 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel, Direitos Humanos, Saúde e Segurança, Ética, Economia Circular, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas. Anualmente o programa ainda faz o reconhecimento dos fornecedores que apresentarem as melhores práticas de sustentabilidade, após uma análise criteriosa dos resultados e impactos positivos para a sociedade e para os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, incentivando assim, o engajamento da cadeia de fornecedores com os compromissos de sustentabilidade da Enel e o desenvolvimento sustentável das empresas.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH): Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos inerentes a esse tema, a Enel realiza a cada 3 anos um processo de DDDH em suas atividades, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa recente avaliação identificou que o nível de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos é de 90%. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente; Integridade (tolerância zero a corrupção), Respeito à Diversidade, e às Comunidades, por serem temas com maior risco de possíveis violações de forma geral no país (seja por cidadãos, governos, entidades e empresas), segundo pesquisas e entrevistas realizadas com os principais stakeholders da Enel incluindo clientes, comunidades, empresas, instituições sociais, universidades, fornecedores e representantes da sociedade civil organizada. A partir dessas informações foi elaborado um Plano de Ação com 11 iniciativas para garantir a melhoria contínua das práticas da empresa e que será acompanhado pelo Conselho de Administração da Enel. Entre as ações definidas para o plano, podemos destacar a elaboração de aplicação de treinamentos gerais e específicos para os colaboradores e terceirizados sobre a Política

Programa de Cultura da Sustentabilidade “SER – Sustentabilidade em Rede”: Em 2024, o programa “SER - Sustentabilidade em Rede”, coordenado pela área de Sustentabilidade da Enel Brasil, continuou a integrar cultura de sustentabilidade, por meio dos seus quatro pilares estratégicos: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano. A iniciativa reafirmou o compromisso coletivo da companhia com a transição energética e a construção de um futuro mais sustentável. Em 2024, o programa alcançou 1.342 participações em atividades que abordaram os temas prioritários da estratégia de sustentabilidade da companhia. Essas atividades foram ministradas por profissionais internos especializados nos temas selecionados, e que foram os protagonistas dessas realizações, inspirando e incentivando seus colegas com iniciativas e resultados inovadores. Ao longo do ano, os webinars abordaram os seguintes temas:

- **Ser Econômico:** Análise e gestão de riscos e impactos para a sustentabilidade corporativa, com destaque para a adoção da análise de dupla materialidade como parte do processo.

- **Ser Ambiental:** Reflexões sobre o compromisso ambiental da companhia em 2 webinars temáticos: “Semeando a Cultura Ambiental: Nosso Compromisso com o Futuro” e “Adaptação às Mudanças Climáticas: Estratégias da Enel para Eventos Climáticos Extremos”, que destacaram a atuação proativa da Enel diante dos desafios impostos pela crise climática.

- **Ser Social:** O webinar “O Papel da Liderança Comunitária em Emergências Climáticas” reforçou a importância de lideranças locais na construção de resiliência e na mitigação de impactos em comunidades vulneráveis.

- **Ser Humano:** Os webinars abordaram direitos humanos, bem-estar, diversidade, saúde e segurança no ambiente de trabalho, sempre destacando o protagonismo humano como fator-chave para o sucesso das iniciativas.

Essas atividades, estimularam o engajamento, a troca de conhecimentos e a promoção de práticas sustentáveis, reforçando a importância da atuação de cada colaborador no cumprimento dos objetivos estratégicos da companhia. O “SER – Sustentabilidade em Rede” consolida-se como um marco na construção de uma cultura interna sólida e comprometida com a sustentabilidade, destacando a Enel Brasil como referência no alinhamento de suas ações aos pilares ESG e ao Movimento Ambição Net Zero promovido pelo Pacto Global Brasil.

9 RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES*

Enel Brasil

Prêmio “Empresas que Melhor se Comunicam com Colaboradores”

Organizado pelas plataformas Melhor RH, Negócios da Comunicação e pelo Centro de Estudos da Comunicação (CECOM), a Enel Brasil foi reconhecida em três categorias.

A empresa conquistou o 1º lugar na categoria Inovação com a campanha “O que te inspira?”. A iniciativa ofereceu alternativas e soluções para que inovar se tornasse um propósito, incentivando os colaboradores a buscarem conhecimento e oportunidades de mudança e melhoria.

O Plano de Comunicação do Plano de Ação de Emergência nas Barragens (PAEBM) da Enel Green Power garantiu o 2º lugar na categoria Gestão de Crise – Pilar Canais e Meios. Desenvolvido para atender aos requisitos da nova Lei de Segurança de Barragens, o plano promoveu uma comunicação transparente, conscientizando e orientando a população, além de envolver o poder público e os colaboradores. A iniciativa reforça o compromisso da Enel com a segurança e o bem-estar das comunidades em que atua.

A websérie “Tá Ligado?”, um trocadilho com a área de atuação da empresa, conquistou o 2º lugar na categoria Revolution – Pilar Grandes Ideais. Composta por dez episódios, a iniciativa apresentou temas estratégicos de forma simples, acessível e didática para o público interno. A série foi divulgada em todos os canais de comunicação da Enel, alcançando números expressivos de visualizações e gerando alto engajamento da equipe.

Encontro de Gestão de Ativos para Empresas do Setor Elétrico (EGAESE)

Na 11ª edição do EGAESE, a Enel Brasil foi reconhecida em duas categorias. A empresa conquistou o 1º lugar na categoria Impactos Regulatórios com o projeto “Maximizando os resultados da base de remuneração: Banco de preços referencial e atipicidades”.

Já na categoria Gestão Estratégica, a Enel ficou em 4º lugar com o projeto de “Desenvolvimento e implementação de sistema automatizado de gestão e controle de processos da conformidade regulatória das informações cadastrais para a garantia do retorno dos investimentos em ativos”. O projeto foi fundamental para garantir o retorno dos investimentos em ativos.

Enel Green Power

GRI Infra Awards Brazil 2024

A Enel Green Power (EGP) conquistou o 1º lugar na categoria Prêmio Comunidade com o projeto Assessoria Técnica Rural, que promove o desenvolvimento sustentável em comunidades próximas a empreendimentos de energia renovável. A iniciativa capacitou 477 famílias no aprimoramento de técnicas agrícolas, fortalecimento do associativismo e autossustentabilidade, sendo reconhecida globalmente pelo prêmio Sustainability Wonders pela inovação e baixo custo de implementação.

A EGP também ficou em 1º lugar na categoria Prêmio Potência com o projeto de Mini-usinas Solares, instaladas em seis assentamentos rurais em Tacaratu (PE). As usinas fornecem energia limpa para mais de 900 pessoas, reduzem em até 80% o custo do bombeamento de água para a agricultura e evitam a emissão de cerca de 80 toneladas de CO₂ por ano, gerando impactos positivos na produção agrícola e no meio ambiente.

Prêmio de Desenvolvimento sustentável 2024 – ECOMONDO

A Enel Green Power Brasil (EGP) venceu o Prêmio de Desenvolvimento Sustentável 2024, concedido pela ECOMONDO – The Green Technology Expo, que reconhece empresas e instituições que fazem da qualidade ambiental uma força competitiva, com foco em economia circular.

O destaque foi o programa New Life, lançado para apoiar a transição energética na área de tecnologia de carvão e, posteriormente, expandido para todas as tecnologias e regiões onde a EGP atua.

10 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionistas	2024		2023	
	Ações	%	Ações	%
Enel Brasil S.A.	565.756.528	100,00%	565.756.528	100,00%
Total	565.756.528	100,00%	565.756.528	100,00%

11 AGRADECIMENTOS

A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2024 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração.

12 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Bruno Riga	Diretor- Presidente
Jayne Barg	Diretor de Operação e Manutenção
Michelle Rodrigues Nogueira	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle

Relações com Investidores

Fabio Romanin

Contadora Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Enel Green Power Volta Grande S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Volta Grande S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Volta Grande S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

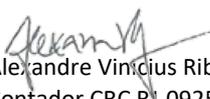
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-2-F-RJ


Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	18.522	34.558
Títulos e valores mobiliários		5	14
Contas a receber	4	7.416	7.036
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	5	68.320	65.025
Outros tributos compensáveis		512	512
Estoque		934	870
Serviços em curso		188	2.297
Outros créditos		3.039	6.937
Total do ativo circulante		98.936	117.249
<u>Ativo não circulante</u>			
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	5	1.503.034	1.495.577
Imobilizado	7	102.667	94.109
Intangível	8	8.494	8.911
Total do ativo não circulante		1.614.195	1.598.597
Total do ativo		1.713.131	1.715.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	9	13.439	25.128
Debêntures	10	110.726	106.127
Obrigações por arrendamentos		55	48
Imposto de renda e contribuição social a pagar	6	32.678	31.892
Outras obrigações fiscais		3.312	3.363
Dividendos a pagar	12	7.513	16.382
Salários, provisões e encargos sociais		771	827
Encargos setoriais		9.196	10.366
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	18	15.303	13.175
Outras obrigações		194	193
Total do passivo circulante		193.187	207.501
<u>Passivo não circulante</u>			
Debêntures	10	426.877	508.064
Obrigações por arrendamentos		343	392
Tributos diferidos	17	164.119	143.926
Provisões para processos judiciais	11	877	505
Total do passivo não circulante		592.216	652.887
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	12	565.756	565.756
Reserva de lucros		245.833	237.272
Dividendos adicionais propostos		116.139	52.430
Total do patrimônio líquido		927.728	855.458
Total do passivo		1.713.131	1.715.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	14	385.309	357.483
Custo	15	(89.818)	(75.229)
Lucro bruto		295.491	282.254
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	15		
Despesas gerais e administrativas		(5.581)	(5.784)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		-	462
Outras receitas operacionais		84	-
Total despesas operacionais		(5.497)	(5.322)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		289.994	276.932
<u>Resultado financeiro</u>	16		
Receitas financeiras		5.731	8.468
Despesas financeiras		(56.590)	(60.470)
Variações cambiais líquidas		(1)	107
Total do resultado financeiro		(50.860)	(51.895)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		239.134	225.037
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	17		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(47.728)	(46.913)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(20.193)	(17.410)
Total dos tributos sobre o lucro		(67.921)	(64.323)
Lucro líquido do exercício		171.213	160.714
Lucro líquido por ação em R\$ - básico e diluído	13	0,3026	0,2841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	171.213	160.714
Total dos resultados abrangentes do exercício	171.213	160.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros			Total
	Capital subscrito	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Prejuízos acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	565.756	34.501	144.526	-	-	744.783
<u>Resultado abrangente total:</u>						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	160.714	160.714
<u>Transações com os acionistas</u>						
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(6.469)	-	-	(6.469)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(7.570)	(7.570)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(36.000)	(36.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	52.430	(52.430)	-
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>						
Reserva legal	-	8.036	-	-	(8.036)	-
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	56.678	-	(56.678)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	565.756	42.537	194.735	52.430	-	855.458
<u>Resultado abrangente total:</u>						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	171.213	171.213
<u>Transações com os acionistas</u>						
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(52.430)	-	(52.430)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(7.513)	(7.513)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(39.000)	(39.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	116.139	(116.139)	-
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>						
Reserva legal	-	8.561	-	-	(8.561)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	565.756	51.098	194.735	116.139	-	927.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido do exercício	171.213	160.714
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	4.224	2.046
Variações monetárias	29.330	31.135
Atualização do ativo financeiro da concessão	(77.824)	(70.509)
Amortização do ativo financeiro da concessão	67.072	64.277
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	(462)
Atualização monetária de processos judiciais	380	126
Provisões para processos judiciais	3	178
Custo de debêntures - encargos de dívidas	1.582	1.581
Juros sobre obrigações de arrendamento	82	80
Juros sobre empréstimos e financiamentos	22.984	25.430
Baixa de ativo imobilizado	161	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	20.193	17.410
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>		
Contas a receber	(380)	(314)
Estoque	(64)	(153)
Serviços em curso	2.109	(542)
Outros créditos	3.898	(2.072)
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	(11.689)	(7.904)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	48.380	46.929
Outras obrigações fiscais	(51)	358
Salários, provisões e encargos sociais	(56)	(128)
Encargos setoriais	(1.170)	2.100
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	2.128	13.175
Outras obrigações	1	84
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	(23.479)	(26.057)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(82)	(75)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(47.594)	(46.707)
Pagamento de processos judiciais	(11)	(2)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	211.340	210.698
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo imobilizado	(11.746)	(28.030)
Adições para ativo intangível	(450)	(358)
Títulos e valores mobiliários	9	130
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(12.187)	(28.258)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Pagamento de debêntures (principal)	(107.005)	(102.471)
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(372)	(261)
Pagamento de dividendos	(68.812)	(63.000)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(39.000)	(36.000)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(215.189)	(201.732)
Varição no caixa líquido	(16.036)	(19.292)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	34.558	53.850
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	18.522	34.558

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Enel Green Power Volta Grande S.A. (“Companhia” ou “EGP Volta Grande”), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Av. Oscar Niemeyer, 2000, Santo Cristo, Rio de Janeiro, é controlada pela Enel Brasil S.A. e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem hídrica.

A usina hidrelétrica Volta Grande está localizada no Rio Grande, nos estados de Minas Gerais e São Paulo. A planta entrou em operação em 1974, com 380 MW de capacidade instalada e com garantia física de 219,1 MW.

Em 27 de setembro de 2017, a Enel Brasil S.A. adquiriu um contrato de 30 anos de concessão da usina de Volta Grande, já em operação, localizada no sudeste do país, com uma capacidade total instalada de 380 MW, de acordo com o “Leilão de Concessões não prorrogadas” organizado pelo Governo Federal por meio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia firmou o contrato de concessão em 10 de novembro de 2017, com início da prestação de serviço em 1º de dezembro de 2017 e término em 1º de dezembro de 2047, sendo em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 alterada pela Lei nº 13.203/2015, mediante pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, fixados pela Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 12 de maio de 2017 e no Edital do Leilão Aneel nº 01/2017. Em 20 de junho de 2022, foi firmado o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão, para formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.928/2021 e da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, sendo a nova vigência até 11 de maio de 2048.

Em contrapartida, pela prestação de serviços de geração, exclusivamente pela disponibilização da parcela da garantia física destinada ao regime de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica, a Companhia é remunerada pela Receita Anual de Geração - RAG. O valor anual da RAG original para o ciclo de 2017/2018 foi de R\$ 198.028, conforme Resolução Homologatória nº 2.353/2017. Para o ciclo 2024/2025, a RAG estabelecida na Resolução Homologatória nº 3.353/2024 é de R\$ 299.059. Do total de sua energia assegurada, 70% deve ser comercializada através do regime de cotas com uma receita mensal fixa. Os outros 30% da geração, são comercializados no mercado livre. No período da extensão do prazo da vigência da outorga, a Companhia disporá livremente da energia proveniente da usina, nos termos dos §4º dos artigos. 2º-A e 2º-B da Lei 13.203, de 8 de dezembro de 2015.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 14 de fevereiro de 2025.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	Estabelece requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com covenants.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior	Define a responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa e CPC 40 - Instrumentos financeiros - evidenciação - Acordos de financiamento de fornecedores	Define requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	<p>Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.</p> <p>As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.</p> <p>Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.</p> <p>Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.</p>	1º de janeiro de 2027
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	<p>A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.</p>	1º de janeiro de 2025
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	<p>De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.</p> <p>Requisitos de classificação e mensuração no CPC 48 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.</p>	1º de janeiro de 2026

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

- Nota 4 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota 7 – Imobilizado;
- Nota 8 – Intangível;
- Nota 11 – Provisões para processos judiciais;
- Nota 17 – Imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- Nota 19 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e contas correntes bancárias	2.138	892
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	16.375	33.666
Operações compromissadas (Fundo de investimento exclusivo)	9	-
Total	18.522	34.558

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras são representadas por aplicações diretas em CDBs (que possuem conversibilidade imediata e insignificante risco de mudança de valor) e operações compromissadas contratadas diretamente ou via fundo de investimento exclusivo (onde a instituição financeira emissora das operações garante a recompra imediata dos títulos, operação classificada como de baixo risco de crédito).

Em 31 de dezembro de 2024, os certificados de depósitos bancários - CDBs foram remunerados, em média, a 97,00% do CDI, e o Fundo de Investimento Exclusivo, que contém as operações compromissadas na carteira, foi remunerado a 100,25% do CDI (CDBs foram remunerados, em média, 100,00% do CDI, em 31 de dezembro de 2023).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (vide nota explicativa nº 19).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

4. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	Nota	A vencer	Vencidos até 60 dias	31.12.2024
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE		101	169	270
Suprimento ACL - partes relacionadas	18	7.146	-	7.146
Total		7.247	169	7.416

	Nota	A vencer	31.12.2023
Suprimento ACL - partes relacionadas	18	7.036	7.036
Total		7.036	7.036

Em dezembro de 2024, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados para a instituição financeira na data da transação com valor de face de R\$ 24.921 (R\$ 23.934 em 31 de dezembro de 2023), com desconto de R\$ 285 (R\$ 203 em 31 de dezembro de 2023).

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), são realizados no Mercado de Curto Prazo (MCP) e são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São determinados percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”), o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”) e os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (MCP) e, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Contas a receber
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(462)
Provisões	(27)
Reversões	489
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-

5. Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão (Bonificação de outorga)

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e portanto sua contabilização embasada no ICPC 01, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

Conforme edital do leilão firmado em 10 de novembro de 2017, a Companhia efetuou um pagamento de R\$ 1.419.784 à título de bonificação pela outorga a ser ressarcido ao longo do contrato de concessão de 30 anos. Em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga – RBO, garantido pelo poder concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, a Companhia classificou o montante a receber da bonificação pela outorga como ativo financeiro, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, com atualização pelo IPCA, durante o período de vigência da concessão. O saldo do ativo financeiro é amortizado mensalmente pelo prazo remanescente do contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	1.560.602	1.554.370
Atualização financeira	77.824	70.509
Amortizações	(67.072)	(64.277)
Saldo final	1.571.354	1.560.602
Circulante	68.320	65.025
Não circulante	1.503.034	1.495.577

6. Imposto de renda e contribuição social, líquidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e compensar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar, já que o saldo líquido é a pagar, conforme quadro a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</u>		
Imposto de renda	8.686	8.048
Contribuição social	5.061	5.030
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.323	1.964
	15.070	15.042
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u>		
Imposto de renda	(35.102)	(34.509)
Contribuição social	(12.646)	(12.425)
	(47.748)	(46.934)
Total	(32.678)	(31.892)

7. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, edificações, obras civis e benfeitorias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Uso de estimativas

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	Adições (Reversões)	Depreciação	Baixas	Transferências	31.12.2024
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	-	-	-	6.931	6.931
Máquinas e equipamentos	57.683	(2)	-	(86)	17.293	74.888
Veículos	-	-	-	(77)	85	8
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	2.284	2.284
	57.683	(2)	-	(163)	26.593	84.111
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	-	(19)	-	-	(19)
Máquinas e equipamentos	(1.564)	-	(3.120)	-	-	(4.684)
Veículos	-	-	(3)	2	-	(1)
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	(51)	-	-	(51)
	(1.564)	-	(3.193)	2	-	(4.755)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	387	808	-	-	(68)	1.127
Máquinas e equipamentos	34.125	10.990	-	-	(24.123)	20.992
Veículos	600	(50)	-	-	(118)	432
Reservatórios, barragens e adutoras	2.284	-	-	-	(2.284)	-
Compras em andamento	218	-	-	-	-	218
	37.614	11.748	-	-	(26.593)	22.769
Total do imobilizado	93.733	11.746	(3.193)	(161)	-	102.125
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Imóveis	354	-	(22)	-	-	332
Veículos	22	330	(142)	-	-	210
	376	330	(164)	-	-	542
Total	94.109	12.076	(3.357)	(161)	-	102.667

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adições	Depreciação	Transferências	31.12.2023
<u>Imobilizado em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	160	-	-	57.523	57.683
	160	-	-	57.523	57.683
<u>Depreciação acumulada</u>					
Máquinas e equipamentos	(94)	-	(1.470)	-	(1.564)
	(94)	-	(1.470)	-	(1.564)
<u>Imobilizado em curso</u>					
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	387	-	-	-	387
Máquinas e equipamentos	63.790	27.858	-	(57.523)	34.125
Veículos	600	-	-	-	600
Reservatórios, barragens e adutoras	2.284	-	-	-	2.284
Compras em andamento	4	214	-	-	218
	67.065	28.072	-	(57.523)	37.614
Total do imobilizado	67.131	28.072	(1.470)	-	93.733
<u>Ativo de direito de uso</u>					
Imóveis	414	-	(60)	-	354
Veículos	224	-	(202)	-	22
	638	-	(262)	-	376
Total	67.769	28.072	(1.732)	-	94.109

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Administração	%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Veículos	14,29%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2024:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	5,75

8. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas:

GSF (Generation Scaling Factor)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC-04 tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC-04, o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço			Em curso		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Total	Total
Custo incremental	517	(86)	431	-	431	288
Extensão da concessão - GSF	6.796	(998)	5.798	-	5.798	6.049
Software	2.410	(637)	1.773	492	2.265	2.574
Total	9.723	(1.721)	8.002	492	8.494	8.911

O custo incremental está relacionado a custos incorridos na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, vinculados aos contratos de venda de energia. Os custos ativados são variáveis e amortizados pelo prazo dos referidos contratos. Os custos são obrigatórios para que a Companhia possa realizar suas operações na CCEE, dessa forma foram enquadrados no CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	31.12.2023	Adições	Amortização	Transferências	31.12.2024
<u>Intangível em serviço</u>					
Custo incremental	320	197	-	-	517
Extensão da concessão - GSF	6.796	-	-	-	6.796
Software	2.454	-	-	(44)	2.410
	9.570	197	-	(44)	9.723
<u>Amortização acumulada</u>					
Custo incremental	(32)	-	(54)	-	(86)
Extensão da concessão - GSF	(747)	-	(251)	-	(998)
Software	(73)	-	(564)	-	(637)
	(852)	-	(869)	-	(1.721)
<u>Intangível em curso</u>					
Software	193	255	-	44	492
	193	255	-	44	492
Total	8.911	452	(869)	-	8.494

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adições	Amortização	Transferências	31.12.2023
<u>Intangível em serviço</u>					
Custo incremental	156	164	-	-	320
Extensão da concessão - GSF	6.796	-	-	-	6.796
Software	32	-	-	2.422	2.454
	6.984	164	-	2.422	9.570
<u>Amortização acumulada</u>					
Custo incremental	(9)	-	(23)	-	(32)
Extensão da concessão - GSF	(498)	-	(249)	-	(747)
Software	(32)	-	(41)	-	(73)
	(539)	-	(313)	-	(852)
<u>Intangível em curso</u>					
Software	2.422	193	-	(2.422)	193
	2.422	193	-	(2.422)	193
Total	8.867	357	(313)	-	8.911

As principais taxas de amortização dos ativos intangíveis são as seguintes:

Administração	%
Custo incremental	12,00%
Extensão da concessão - GSF	20,00%
Software	20,00%

9. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Encargo de uso da rede		5.835	4.498
		5.835	4.498
Materiais e serviços		6.984	20.601
Materiais e serviços - partes relacionadas	18	620	12.774
		7.604	33.375
Total		13.439	37.873

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10. Debêntures

10.1 Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

	Circulante			Não circulante		31.12.2024 Total circulante + não circulante	Circulante			Não circulante		31.12.2023 Total circulante + não circulante	
	Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Principal		Total	Principal	Encargos	Total	Principal		Total
Debêntures	108.235	4.072	(1.581)	110.726	432.939	426.877	537.603	101.560	4.567	106.127	508.064	508.064	614.191
Total	108.235	4.072	(1.581)	110.726	432.939	426.877	537.603	101.560	4.567	106.127	508.064	508.064	614.191

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As movimentações das debêntures são como segue:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	102.210	582.363	684.573
Encargos provisionados	25.430	-	25.430
Encargos pagos	(26.057)	-	(26.057)
Atualização monetária	31.135	-	31.135
Transferências	74.299	(74.299)	-
Pagamentos / amortizações	(102.471)	-	(102.471)
Amortização custo de transação	1.581	-	1.581
Saldo em 31 de dezembro de 2023	106.127	508.064	614.191
Encargos provisionados	22.984	-	22.984
Encargos pagos	(23.479)	-	(23.479)
Atualização monetária	29.330	-	29.330
Transferências	81.187	(81.187)	-
Pagamentos / amortizações	(107.005)	-	(107.005)
Amortização custo de transação	1.582	-	1.582
Saldo em 31 de dezembro de 2024	110.726	426.877	537.603

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10.2 As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

(a) Debêntures obtidas em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade
Debêntures 1ª emissão (EGVG11) - 1ª Série	519.000	5/11/2019	15/10/2029	IPCA + 3,70%	Anual	Semestral	CAPEX
Debêntures 1ª emissão (EGVG21) - 2ª Série	281.000	5/11/2019	15/10/2029	IPCA + 3,70%	Anual	Anual	CAPEX

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A curva de amortização das debêntures não circulante se apresenta da seguinte forma:

	2026	2027	2028	2029	Total não circulante
Debêntures	122.352	115.293	115.293	80.000	432.938
Custo a amortizar	(1.581)	(1.581)	(1.581)	(1.318)	(6.061)
Total	120.771	113.712	113.712	78.682	426.877

Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Conforme estabelecido no Instrumento Particular de Escritura de Debêntures, as debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações, são da espécie quirografária, e ainda a Companhia possui obrigações financeiras que em caso de descumprimento podem acarretar o vencimento antecipado das debêntures. A Companhia não poderá apresentar por dois trimestres consecutivos o índice de capacidade de endividamento (obtido através da divisão da dívida líquida financeira pelo LAJIDA) superior ao limite estabelecido abaixo:

Contrato	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
Debêntures 1ª emissão	Dívida financeiras líquida / LAJIDA (máximo)	4,00	Trimestral

- Dívida financeira líquido corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a Companhia estava em cumprimento com termos dos *Covenants* listados acima.

11. Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

11.1 Contingência com risco provável

As provisões para processos judiciais e outros estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2023	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2024
Trabalhistas	-	20	(1)	3	-	22
Cíveis	505	11	(27)	377	(11)	855
Total	505	31	(28)	380	(11)	877

	31.12.2022	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2023
Cíveis	203	240	(62)	126	(2)	505
Total	203	240	(62)	126	(2)	505

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

Trabalhistas: A Companhia mantém provisão para ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados). As ações envolvem pedidos de indenização e responsabilidade solidária e/ou subsidiária decorrentes de processos envolvendo empregados terceirizados.

Cíveis: A Companhia discute, no âmbito cível, principalmente a processos relacionados a reintegração de posse e servidão administrativa.

11.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	340	-
Cíveis	39	34
Fiscais	2.640	-
Total	3.019	34

Em sua maioria, a Companhia discute, no âmbito cível, processos relacionados a temas fundiários por meio de ações judiciais tais como reintegração de posse, servidão administrativa e ações de consignação em pagamento. Além dos temas destacados acima, a Companhia também possui alguns processos que discutem temas regulatórios e no âmbito trabalhista.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



No âmbito tributário, a Companhia discute, em execução fiscal, compensações não homologadas referente ao saldo negativo do ano calendário de 2019. O valor envolvido no processo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.640.

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 565.756, em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2024		31.12.2023	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A	565.756.528	100,00%	565.756.528	100,00%
Total	565.756.528	100,00%	565.756.528	100,00%

12.2 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

12.3 Reserva de reforço de capital de giro

O lucro remanescente (após destinações à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital subscrito, conforme os termos do artigo 22 do estatuto social da Companhia.

12.4 Destinação de resultado

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	171.213	160.714
(-) Reserva legal	(8.561)	(8.036)
Lucro líquido do exercício ajustado	162.652	152.678
Dividendo mínimo obrigatório	(7.513)	(7.570)
Juros sobre capital próprio	(39.000)	(36.000)
Dividendo adicional proposto	(116.139)	(52.430)
Reserva para reforço de capital de giro	-	(56.678)
Total	-	-

Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 29 de abril de 2024, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2023, no montante de R\$ 160.714, sendo que desse o montante: R\$ 8.036 como reserva legal, R\$ 7.570 em forma de dividendos mínimos obrigatórios, R\$ 52.430 como dividendo adicional proposto e R\$ 56.678 na forma de reserva para reforço de capital de giro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12.5 Dividendos

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 se encontra detalhada a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	16.382	65.343
<u>Efeito não caixa</u>		
Dividendos adicionais propostos	52.430	6.469
Dividendo mínimo obrigatório	7.513	7.570
Juros sobre capital próprio declarados	39.000	36.000
<u>Efeito caixa</u>		
Dividendos pagos	(68.812)	(63.000)
Juros sobre capital próprio pagos	(39.000)	(36.000)
Saldo final	7.513	16.382

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 23 de outubro de 2023 foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculado sobre o patrimônio líquido da Companhia de 2022, com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), no montante de R\$ 36.000, cujo pagamento ocorreu em 30 de novembro de 2023.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 11 de dezembro de 2024 foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculado sobre o patrimônio líquido da Companhia de 2023, com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), no montante de R\$ 39.000, cujo pagamento ocorreu em 26 de dezembro de 2024.

13. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	171.213	160.714
Número de ações	565.756.528	565.756.528
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	0,3026	0,2841

14. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

	Nota	2024	2023
Receita com venda de energia gerada - partes relacionadas	14.1 e 18	96.970	81.191
Receita Anual de Geração - RAG	14.2	279.516	267.678
Receita Anual de Geração - RAG - partes relacionadas	14.2 e 18	52.090	52.116
Mercado de curto prazo	14.3	5.439	3.852
Atualização do bônus da concessão	14.2	77.824	70.509
Amortização do bônus da concessão	14.2	(67.072)	(64.277)
Receita operacional bruta		444.767	411.069
Deduções da receita			
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE		(3.746)	(3.513)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE		(1.322)	(953)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(12.408)	(10.096)
COFINS		(34.493)	(32.063)
PIS		(7.489)	(6.961)
Total deduções da receita		(59.458)	(53.586)
Total		385.309	357.483

14.1 Receita com venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais.

14.2 Receita anual de geração e atualização do bônus da concessão

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e, portanto, sua contabilização embasada no ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende ao conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, além disso, é classificado como “custo amortizado”, inicialmente estimado com base no respectivo valor presente dos fluxos de caixa futuros garantidos, e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

Por tratar-se de um contrato de concessão entende-se, também, que a receita de juros efetivos vinculada à correção da parcela do ativo financeiro deverá ser classificada como “receita operacional”. Para a usina de Volta Grande existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga (“RBO”). A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão.

14.3 Mercado de curto prazo

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**15. Custo e despesas operacionais**

2024

	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(4.516)	(2.240)	-	(6.756)
(-) Capitalização dos custos de pessoal		95	-	-	95
Material		(1.478)	(993)	-	(2.471)
(-) Capitalização dos custos de material		1.036	-	-	1.036
Serviço de terceiros		(5.890)	(1.386)	-	(7.276)
Energia elétrica comprada para revenda		(20.791)	-	-	(20.791)
Transporte de potência de energia		(54.831)	-	-	(54.831)
Aluguéis e arrendamentos		(353)	-	-	(353)
Depreciação e amortização		(3.473)	(751)	-	(4.224)
Baixa de imobilizado		(74)	-	-	(74)
Provisões para processos judiciais		-	(3)	-	(3)
Outras receitas (despesas) operacionais		457	(208)	84	333
Total		(89.818)	(5.581)	84	(95.315)

2023

	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Total
Pessoal		(4.854)	(2.514)	-	(7.368)
(-) Capitalização dos custos de pessoal		577	-	-	577
Material		(6)	(1.263)	-	(1.269)
(-) Capitalização dos custos de material		1.021	-	-	1.021
Serviço de terceiros		(9.114)	(1.290)	-	(10.404)
Energia elétrica comprada para revenda		(5.024)	-	-	(5.024)
Transporte de potência de energia		(52.977)	-	-	(52.977)
Transporte de potência de energia - partes relacionadas	18	(145)	-	-	(145)
Aluguéis e arrendamentos		(386)	196	-	(190)
Seguros		(2.903)	-	-	(2.903)
Depreciação e amortização		(1.721)	(325)	-	(2.046)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	462	462
Provisões para processos judiciais		-	(178)	-	(178)
Outras receitas (despesas) operacionais		303	(410)	-	(107)
Total		(75.229)	(5.784)	462	(80.551)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. Resultado financeiro

	2024	2023
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	5.773	8.760
Juros e atualização monetária de mercado de curto prazo	104	121
Atualização de créditos tributários	134	-
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(280)	(413)
	5.731	8.468
<u>Despesas financeiras</u>		
Custo de transação	(1.581)	(1.581)
Encargos de dívidas	(22.984)	(25.430)
Variação monetária - debêntures	(29.330)	(31.134)
Variação monetária de processos judiciais e outros	(380)	(126)
Atualização de impostos e multas	(717)	(52)
Cartas de fiança e seguros em garantia	(268)	(54)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(76)	(314)
Juros sobre obrigações de arrendamento	(81)	(80)
Outras despesas financeiras	(1.173)	(1.699)
	(56.590)	(60.470)
<u>Variações cambiais líquidas</u>		
Outras variações cambiais	(1)	107
	(1)	107
Total	(50.860)	(51.895)

17. Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos				
Correntes	(35.083)	(12.645)	(34.490)	(12.423)
Diferidos	(14.848)	(5.345)	(12.803)	(4.607)
Total	(49.931)	(17.990)	(47.293)	(17.030)
Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	239.134	239.134	225.037	225.037
Adições:				
Outras despesas indedutíveis	2	2	180	180
Juros sobre capital próprio	(39.000)	(39.000)	(36.000)	(36.000)
Repactuação GSF	(249)	(249)	-	-
Total das adições	(39.247)	(39.247)	(35.820)	(35.820)
Base de cálculo	199.887	199.887	189.217	189.217
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(49.948)	(17.990)	(47.280)	(17.030)
Outros	17	-	(13)	-
Total	(49.931)	(17.990)	(47.293)	(17.030)
Alíquota efetiva	20,88%	7,52%	21,02%	7,57%

(b) Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Balanços patrimoniais		Resultado	
	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
Tributos diferidos ativos:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(158)
Arrendamento - CPC 06 (R2)	(88)	(18)	(70)	1
Participação nos lucros	74	78	(4)	13
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	2.736	3.223	(487)	827
	2.722	3.283	(561)	683
Tributos diferidos passivos:				
Repactuação GSF	(1.972)	(2.056)	84	107
Atualização bônus da concessão	(164.869)	(145.153)	(19.716)	(18.200)
	(166.841)	(147.209)	(19.632)	(18.093)
Total	(164.119)	(143.926)	(20.193)	(17.410)

Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

2025	2026	2027	2028	2029	2030 a 2032	2033 a 2034
694	281	281	281	281	676	228

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

18. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



18.1 Controladora (Enel Brasil)

		31.12.2024	31.12.2023
Natureza da operação	Vigência	Passivo	Passivo
Dividendos a pagar	Dezembro de 2025	(7.513)	(16.382)
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura	Dezembro de 2025	(12.607)	(9.890)
Total		(20.120)	(26.272)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**18.2 Empresas em controle em comum**

Natureza da operação	Vigência	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas	Receitas (despesas)
<u>Venda de energia - RAG</u>					
ENEL Distribuição Rio - AMPLA	Fevereiro de 2047	-	-	8.618	8.516
ENEL Distribuição CE- Coelce	Fevereiro de 2047	-	-	10.704	10.313
ENEL Distribuição São Paulo- ELETROPAULO	Fevereiro de 2047	-	-	32.767	33.287
		-	-	52.089	52.116
<u>Venda de energia - suprimento</u>					
ENEL Trading Brasil S.A.	Janeiro de 2031	7.146	7.037	96.971	81.191
		7.146	7.037	96.971	81.191
<u>Encargo de uso do sistema de transmissão</u>					
ENEL CIEN S.A.	Março de 2031	-	-	-	(145)
		-	-	-	(145)
<u>Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura</u>					
ENEL Distribuição CE- Coelce	Agosto de 2027	(461)	(461)	-	-
ENEL Distribuição Rio - AMPLA	Agosto de 2027	(781)	(781)	-	-
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Agosto de 2027	(876)	(876)	-	-
ENEL CIEN S.A.	Agosto de 2027	-	(29)	-	-
ENEL Distribuição São Paulo- ELETROPAULO	Agosto de 2027	(683)	(651)	-	-
		(2.801)	(2.798)	-	-
Total		4.345	4.239	149.060	133.162

(a) Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

A Companhia possui contratos de compartilhamento de staff e compartilhamento de custos de infraestrutura.

O compartilhamento visa otimizar os custos operacionais das Companhias seguindo os critérios de rateio e alocação de custos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos do artigo 12 da resolução nº 699/2016 e do despacho nº338 de 06 de fevereiro de 2019.

Por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, não constando no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.

(b) Venda de energia

Contrato de regime de cotas - Receita Anual de Geração – RAG, e Contratos bilaterais negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Remuneração da Administração

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2024 e 2023.

19. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



19.1 Instrumentos financeiros

19.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível (a)	31.12.2024		31.12.2023		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	18.522	18.522	34.558	34.558
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	5	5	14	14
Contas a receber	Custo amortizado	2	7.416	7.416	7.036	7.036
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	Custo amortizado	2	1.571.354	1.571.354	1.560.602	1.560.602
Total do ativo			1.597.297	1.597.297	1.602.210	1.602.210
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	13.439	13.439	25.128	25.128
Debêntures	Custo amortizado	2	537.603	545.246	614.191	623.415
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	398	398	440	440
Total do passivo			551.440	559.083	639.759	648.983

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 19.1.2 Hierarquia do valor justo

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para a rubrica debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

19.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

19.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da Holding (Enel SpA), que estabelece as normas para a gestão de riscos por meio das respectivas políticas, procedimentos, sistemas etc. Essas diretrizes são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Este sistema é supervisionado pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e o sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aderindo aos requisitos locais em matéria de gestão de riscos.

Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Companhia que abordam a gestão de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos nas funções corporativas ou nas linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), política de mudanças climáticas, dentre outras.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O sistema de controle e gestão de risco da Companhia é composto por três linhas de defesa, visando alcançar uma gestão eficaz e eficiente, nas quais as áreas de negócio é a primeira linha de defesa, a área de Controle de Riscos e Controles Internos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna, atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança mais ampla da organização. Elas têm a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo a alta administração informada pela primeira e segunda linhas de defesa, e o Conselho de Administração (Diretores), por sua vez, pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de Risk Control Brazil (Controle de Riscos Brasil) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos, onde o principal objetivo é identificar de forma preventiva riscos (endógenos e exógenos), analisar, avaliar e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento por meio da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Debêntures	537.603	614.191
Dívida	537.603	614.191
Caixa e equivalentes de caixa	(18.522)	(34.558)
Títulos e valores mobiliários	(5)	(14)
Dívida líquida (a)	519.076	579.619
Patrimônio líquido (b)	927.728	855.458
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	35,88%	40,39%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

A Companhia apresentou resultado líquido positivo e caixa gerado de suas atividades operacionais nos últimos exercícios. Do total da dívida no passivo circulante, parte significativa refere-se a créditos com debêntures no montante de R\$ 110.726 e dividendos para empresas do grupo, no montante de R\$ 7.513, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da Enel S.p.A. que, por meio da *Enel Finance International* (EFI), poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	De três a doze meses	De um a cinco anos	total
Debêntures	128.164	474.354	602.518
Total	128.164	474.354	602.518

(b.4) Riscos de mercado

Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2024 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Dívidas	31.12.2024	Projeção despesas financeiras - um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA						
Debêntures 1ª emissão (EGVG11) - 1ª Série	(353.728)	(21.878)	(26.303)	(30.679)	(35.005)	(39.283)
Debêntures 1ª emissão (EGVG21) - 2ª Série	(191.518)	(11.845)	(14.241)	(16.610)	(18.952)	(21.269)
Total	(545.246)	(33.723)	(40.544)	(47.289)	(53.957)	(60.552)

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota explicativa nº 10.

Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas à moeda estrangeira possuem contratos de swap. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2024 (em reais).

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;

Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);

Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



20. Seguros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/24	31/10/25	3.481.030	6.284.546
Responsabilidade civil geral	31/10/24	31/10/25	N/A	100.860
Responsabilidade civil administradores	10/11/24	10/11/25	N/A	86.382
Riscos ambientais	31/10/24	31/10/25	N/A	125.691

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.

21. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

21.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

A Companhia classifica os juros pagos como atividade operacional. A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Pagamento de juros	31.12.2024	31.12.2023
Apresentados nas atividades operacionais	(23.479)	(26.057)
Total	(23.479)	(26.057)

21.2 Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

Tais conciliações estão demonstradas na nota explicativa nº 10. Quanto aos dividendos e juros sobre capital próprio, a conciliação é conforme segue:

Efeito caixa	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Atividades de financiamentos			
Pagamento de debêntures (principal)	10	(107.005)	(102.471)
Pagamento de arrendamento (principal)		(372)	(261)
Pagamento de dividendos	12	(68.812)	(63.000)
Pagamento de juros sobre capital próprio	12	(39.000)	(36.000)
Total		(215.189)	(201.732)